



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

NATAL/RN, 19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2023

1. ABERTURA

A 3ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 19 e 20 de dezembro de 2023, de forma mista (presencial e videoconferência), sendo realizada na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (CREA-RN), localizada na Av. Salgado Filho 1840, Lagoa Nova na cidade de Natal – RN.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos e solicitou que a Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins verificasse o quórum para prosseguir a reunião enquanto informou aos membros participantes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade mista. Em seguida, agradeceu a presença dos membros e informou sobre o desafio da realização de reuniões de forma mista em razão das questões relacionadas à internet. Seguidamente, orientou que todos os membros respeitem o tempo de fala, tendo dois minutos para cada um realizar comentários ou perguntas. Para o momento da fala, as instituições presentes deveriam levantar a placa localizada a sua frente e para os membros com participação virtual, levantar a mão no aplicativo *Microsoft Teams*. Ademais, orientou os participantes virtuais para assinatura da lista de presença disponibilizada no *chat* do aplicativo, além de manter o microfone fechado quando não estiver falando e permanecer com a câmera aberta. Em seguida, a Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins verificou o quórum a pedido do Coordenador, que assim aprovou e declarou formalmente aberta a 3ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, realizou a abertura, destacando a importância dos Comitês Permanentes de Gestão para a gestão sustentável e participativa da pesca nacional. Ressaltou que as estruturas e regimentos internos dos Comitês Permanentes de Gestão estão sendo reavaliadas pela equipe técnica do Ministério da Pesca



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e Aquicultura, que foi recriado no atual governo, visando uma maior participação social e o estabelecimento de comitês duradouros, para que os encaminhamentos e as políticas necessárias para o desenvolvimento do setor pesqueiro não percam sua continuidade e os resultados sejam mais visíveis para a sociedade.

Em prosseguimento, o Coordenador solicitou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria SAP/MAPA nº 83, de 1 de junho de 2023, de designação dos membros do CPG Atuns e Afins, e dos convidados pelas instituições.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 3ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação CPG Atuns e Afins

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)

Senhora Michele Gonçalves (Assistente Administrativa)

Senhor Dian Barreto da Cruz (Assistente Administrativo)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (Convidado)

Senhora Flavia Lucena Frédou (Convidada)

Senhora Elielma Ribeiro Borcem (Convidada)

Senhor Alex Souza Lira (Convidado)

Senhor André Luiz (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sr. Ricardo Ginicolo (Convidado)

- **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Membros ausentes

- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular)

- **Estado Maior da Armada Marinha do Brasil (EMA/MB)**

Senhor Eduardo Fagundes Neto

- **Ministério de Portos e Aeroportos (MPA)**

Ausente

- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Senhora Cláudia Ramos Zagaglia (Titular)

Senhor Francisco Marcante Santana da Silva (Convidado)

Senhor Rosangela Paula Teixeira Lessa (Convidada)

- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

Senhor Alceu Alves Couto (Convidado)

Senhor Jean Gadea (Convidado)

Senhor Mariano Torpoco (Convidado)

- **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES)**

Senhor José Alejandro García Prado (Titular)

- **Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ-SC)**

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)

Senhor Marcelo Nome Silva (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor Oriel Guimarães Nunes Filho (Titular)

Senhor Luiz Vieira de França Neto (Suplente)

- Ministério do Trabalho e Emprego

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Suplente)

- Ministério de Portos e Aeroportos

Senhor Edigar Junio da Silva Martins (Titular)

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhor Jairo Gund (Titular)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

Senhor Gustavo de Albuquerque Maranhão Burle (Convidado)

Senhor Arimar França Filho (Convidado)

Senhor Maurício Assunção (Convidado)

Senhor Giovani Monteiro (Convidado)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

Senhor Jonathan Moraes (Suplente)

Senhora Sabrina Oliveira (Convidada)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Gabriel Calzavara de Araújo (Titular)

Senhor Pedro Gilson Dias Araujo (Suplente)

- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor Alexandre Guerra Espogeiro (Titular)

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará - (SINDIFRIO-CE)

Senhor Paulo Gonçalves (Suplente)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

Senhor Everton Padilha (Suplente)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

Senhor Aginaldo Hilton dos Santos (Convidado)

Senhor Eduardo Poerner Chaves (Convidado)

Senhora Gizelle Perão (Convidado)

Senhor José Kowalsky (Convidado)

Senhor Luiz Carlos Matsuda (Convidado)

Senhor Marco Bailon (Convidado)

Senhor Maurício Conceição (Convidado)

Senhor Wilson Santos (Convidado)

- Associação de Pescadores e Armadores da Pesca do Distrito de Itaipava Espírito Santo (APEDI) - Instituição Convidada

Senhor Ulysses Raposo (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Associação dos Proprietários de Barcos de Pesca do Rio Grande do Norte (Aspern) - Instituição Convidada

Senhor Pedro Gilson Dias Araujo (Convidado)

- Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim (APAI PESCA) - Instituição Convidada

Senhor Miquéias Carvalho (Convidado)

- QUALIPESCA - Instituição Convidada

O Sr. Emanuel Neves (Convidado)

Sr. Emanuel Neves (Convidado)

- Grupo Técnico Científico dos Atuns e Afins (GTC)

Senhor Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos (Coordenador GTC)

Senhor Rodrigo Sant'Ana (Membro)

Senhora Tatiana Beltrão (Convidado)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BET	Albacora Bandolin
BTC	Banco Técnico-Científico
CPG	Comitê Permanente de Gestão
CPCs	Partes Contratantes
FUNBio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
GUO	Grandes Unidades Oceânicas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ICCAT	Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SCRS	Comitê Científico da ICCAT
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
TAC	Total de Captura Permitida
TASK	Tarefa
TR	Termos de Referência
VU	Vulnerável

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA (Coordenação CPG Atuns e Afins)

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou a [agenda definitiva](#) dos 2 (dois) dias de reunião e informou que a Agenda Provisória para a 3ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins havia sido encaminhada previamente para apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, submeteu a agenda para aprovação ao Plenário.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) sugeriu a alteração de ordem entre as pautas do tubarão-azul e da albacora-bandolim.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, lembrou que pode haver movimentações na agenda, porém, que as apresentações contam com colaboradores e que seria necessário verificar a disponibilidade para alteração das seções.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) solicitou a realização de apresentação de algumas sugestões pela instituição para o ano de 2024. Além disso, relatou estar surpreso com a ausência do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) durante a reunião.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) solicitou a inversão de ordem da apresentação com a ABIPESCA.

Após aprovação da agenda, o Coordenador encaminhou para a aprovação das Atas da 2ª reunião ordinária e da 1ª, 2ª e 3ª reuniões extraordinárias do CPG Atuns e Afins, destacando que houveram poucas sugestões/alterações realizadas pelos membros.

3.2. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 1ª E 2ª REUNIÕES ORDINÁRIAS (Coordenação CPG Atuns e Afins)

Dando seguimento à reunião o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, apresentou o quadro com atualização do andamento das recomendações da 1ª e 2ª reuniões ordinárias do CPG Atuns e Afins.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) questionou sobre a urgência da REC 5/2022 sobre o preenchimento dos Mapas de Bordo digitais para que os pescadores não estejam ilegais com o ICMBio, e sobre a resolução da REC 7/2022, que trata da avaliação e aprimoramento do atual Mapa de Bordo do cardume associado.

A Sra. Elielma Borcem (MPA) informou que, com relação ao Mapa de Bordo, a ideia era realizar a revisão geral da norma e de seus anexos. Porém, devido a complexibilidade e morosidade das questões, foi disponibilizada a plataforma para inserção dos Mapas de Bordo digitais, e que estes refletem o que já é realizado no papel. Ademais, informou para a Sra. Mônica Brick (ICMBio) que poderiam alinhar as questões internamente, bem como conceder acesso ao ICMBio para conferência dos Mapas de Bordo digitais.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) relatou que a REC 2/2023 foi atendida, que o GTC havia realizado uma devolutiva ao MPA, sobre o Mapa de Bordo do cardume associado, e que haveria uma dúvida sobre como a frota agrega o cardume, a qual foi sanada pelo GTC.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) observou a importância do cumprimento das recomendações elaboradas no CPG. Além disso, solicitou atualização sobre a REC 11/2022, que trata do fomento da modalidade 1.13 da INI MPA/MMA nº 10/2011, de linha/vara e isca-viva.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) ressaltou que foram solicitadas informações adicionais ao MPA, para conhecer o volume de captura da espécie de bonito-listrado e que aguardam o recebimento das informações.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) ressaltou a importância de o grupo estabelecer prazos de atendimento exequíveis para as recomendações e deu seguimento na leitura das recomendações da 2ª sessão ordinária.

A Sra. Mônica Bricks solicitou a retirada da REC 3/2022, pois os Mapas de Bordo recebidos pelo ICMBio são duplicados e que já foram enviados ao MPA.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) ressaltou que não é possível retirar a recomendação. E que foi solicitado durante a reunião que o ICMBio enviasse os Mapas de Bordo recebidos pela pasta.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana recordou que a representante do ICMBio entregou, durante a 2ª sessão ordinária do CPG Atuns e Afins, um *pen drive* com os Mapas de Bordo e que a recomendação foi que esta entrega fosse realizada formalmente pelo órgão.

A Sra. Elielma Borcem (MPA) relatou que para se criar um grupo de trabalho interministerial, em relação ao PREPS, o meio oficial seria o decreto e que foi discutido durante o ano uma forma para criação do grupo de trabalho com mais celeridade, sendo que, a solução encontrada, foi a criação do GT dentro da Aquipesca que é uma ação coordenada pelo MPA, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Além disso, relatou que apesar de o grupo ainda não ter sido criado oficialmente, os membros já estão elaborando um plano de trabalho que contará com consultas e reuniões



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

com a sociedade civil envolvida com a atividade pesqueira.

O Sr. Ulysses Raposo (APED) relatou que realizou uma sugestão anteriormente, para a elaboração de um novo PREPS que atenda às necessidades dos pescadores.

O Sr. Miqueias Carvalho (APAIPECA) reforçou a fala do Sr. Ulysses e relatou que a empresa responsável pelo PREPS não repassa aos pescadores as falhas de sinal das embarcações, tampouco as justificativas para as falhas.

A Sra. Gisele Perão (SINDIPI) reforçou as falas anteriores com relação ao PREPS e ressaltou que na região Sul também passam pelos mesmos problemas.

3.3. ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS EM 2023 (Coordenação CPG Atuns e Afins)

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, deu seguimento a reunião apresentando os atos normativos relativos à pesca de atuns e afins publicados no ano de 2023. Em seguida passou a palavra aos membros para questionamentos.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) lembrou a publicação da Portaria SAP/MAPA nº 1448, de 2023. O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, relatou que, apesar do impacto da portaria nas pescarias, por se tratar da matriz de permissionamento de todas as embarcações não havia incluído na lista das normativas apresentadas, mas que reconhece que ela afeta as pescarias tratadas pelo CPG Atuns e Afins. Além disso, destacou que a normativa seria revogada, pois devido a reestruturação do governo e o estabelecimento da gestão compartilhada, a portaria precisaria ser publicada de forma interministerial.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) relatou descontentamento com as áreas do setor público.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) relatou preocupação pela imposição de parada das pescarias. E perguntou como ficará a situação dos pescadores, pois são celetistas e não possuem seguro defeso.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) declarou que seria realizado intervalo de 10 (dez) minutos.

Ao retornar o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) passou a palavra à Sra. Flávia Fredou (MPA).

A Sra. Flávia Fredou (MPA) destacou que na próxima apresentação seria realizada a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

explicação das medidas tomadas com relação à ICCAT. Além disso, solicitou que fosse mantido o respeito com os servidores presentes.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) complementou que a fala do Sr. Gustavo Burle (ABIPECA) é equivocada, em relação a pesca de atuns no Brasil, pois em decorrência da distribuição dos atuns e afins, os pescadores estão subordinados e devem cumprir as medidas impostas pela ICCAT, com o objetivo de manter a sustentabilidade do recurso para as pescarias. Além disso, relatou que os pescadores seriam penalizados pela ICCAT neste ano com a devolução de 2 mil toneladas e que devido ao esforço do governo brasileiro, essa devolução será realizada de maneira parcelada no prazo de 5 anos.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) parabenizou inicialmente o trabalho da equipe científica, juntamente com o governo brasileiro na ICCAT. Ademais, relatou que a indignação do setor é legítima, pois a portaria que estabelece a paralisação da pescaria está descolada da realidade, uma vez que, a frota clandestina continuará a operar. Além disso, ressaltou que a frota internacional seguirá pescando nas áreas que as frotas brasileiras pescam. Por fim, ressaltou que ainda é possível consertar a decisão tomada, que deveria ser uma decisão política do setor e não técnica do governo.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) ressaltou a necessidade de o CPG analisar os motivos da pescaria estar nesta situação e que o setor precisa assumir o compromisso com o governo e com a ICCAT. Ademais, afirmou que o problema foi a implementação tardia das cotas pelo CPG. Por fim, ressaltou que o recurso está sob controle e que é possível revisar a paralisação das frotas.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPECA) relatou que houve equívocos na sua fala e se desculpou. Também reiterou que as medidas foram tomadas em cima da hora o que dificulta o pagamento dos contratos e que gostaria de maior transparência e previsibilidade da parte técnica.

3.4. DEVOLUTIVAS DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DA COMISSÃO DA ICCAT 2023

3.4.1. SITUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ESTOQUES DOS ATUNS E AFINS (Coordenador GTC Atuns e Afins)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) deu início à apresentação das diferentes espécies de atuns e afins avaliadas no âmbito da ICCAT, informando a situação dos estoques de cada espécie. Destacou a situação da albacora-branca que está com a captura abaixo da cota, que pode ser reduzida caso não haja direcionamento à captura da espécie. Além disso, relatou a proibição da comercialização das espécies de agulhão-negro e agulhão-vela no Brasil e que já observou Mapas de Bordo com as espécies, o que precisa ser discutido no CPG.

Por fim, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) apresentou as espécies que o Brasil possui limite de captura, bem como os valores de captura de cada espécie para o ano de 2024.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) passou a palavra aos participantes inscritos.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou a presença de um asterisco na espécie espadarte.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) relatou a redução do TAC da espécie pela ICCAT de 14.000 t para 10.000 t, que não abordou a cota para os diferentes países e que para o Brasil o limite de captura continua o mesmo na Recomendação, porém, precisa ser revisado internamente.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) também questionou como seria possível o aumento das capturas de albacora-branca, uma vez que há uma limitação para ingresso de novas embarcações nas frotas atuneiras.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) relatou que no âmbito das licenças de pesca a espécie já está contemplada, porém que as frotas não direcionam as capturas para albacora-branca. Além disso, opinou que as capturas são reduzidas devido ao



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

período de captura das espécies entre os meses de outubro e fevereiro, além da disposição geográfica em locais onde não há esforço de pesca.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) questionou se há alguma proposta ou plano para estimular as pescarias de albacora-branca ou espadarte.

O Sr. Rivetla Édipo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) concordou com a fala sobre a necessidade de fomento às pescarias mencionadas.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) relatou que sua pergunta já havia sido respondida sobre porque não havia direcionamento às pescarias de albacora-branca. Além disso, comentou que há uma portaria sobre os agulhões-negros que se encontra revogada pela lista de espécies ameaçadas, portanto é proibido o transporte da espécie, mas que é possível analisar a elaboração de um plano de recuperação e que observa um grande número de descarte nos Mapas de Bordo.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) sugeriu que as embarcações que assumissem colocar monitoramento eletrônico (câmeras) nas embarcações, tivessem a captura e a comercialização da espécie permitidas.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) confirmou a fala da Sra. Mônica Brick e informou que há grande disponibilidade das espécies de agulhão-branco e agulhão-negro na costa brasileira e que não há proibição pela ICCAT da captura das espécies, mas que a decisão foi tomada pelo CPG e desde então a comercialização está proibida.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) esclareceu que na época estavam disputando cotas para o espadarte e que a contrapartida foi o descarte do agulhão.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) agradeceu a apresentação e sugeriu melhorias nas portarias para o ano de 2024 com relação às cotas de captura e que o principal plano deveria ser a não proibição das pescarias, mas sim de espécies específicas. Além disso, questionou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

como seria o plano de recuperação de espécies que já possuem planos de gestão internacionais e cotas de captura.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) reiterou a solicitação de que não sejam fechadas as modalidades devido a importância da captura de outras espécies para o setor.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) concordou com as falas e destacou que este ano foi um ano de aprendizado para todos e que fica a lição de tentar melhorar cada vez mais.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) perguntou se haviam perdido a cota de espadarte.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) afirmou que a cota permanece no valor de 50 t para o Atlântico Norte, e cerca 2.900 t para o Atlântico Sul.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) ressaltou que nas épocas em que as pescarias de atuns não são tão boas, as frotas deverão direcionar a pesca para outras espécies, com a finalidade de preservar a cota para o fim do ano.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que nos meses de inverno a pesca de albacora-branca não é tão boa, devido a migração da espécie.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) corroborou as palavras do Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) com relação a pesca de linha/vara e isca-viva e que realizaram um trabalho junto ao PMAP, em que, durante o período de dezembro de 2022, foram registradas 192 kg de bonito listrado, e que é preciso analisar a sazonalidade da espécie. Também observou que como há uma cota para o tubarão-mako, mesmo estando na lista de espécies ameaçadas, ele deveria constar nas cotas da ICCAT.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que não colocou o tubarão-mako na apresentação justamente por sua captura estar proibida, uma vez que ele



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

está na Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, mas que poderia ser colocado sem problemas.

O Sr. Gustavo Burle, sobre o agulhão, ressaltou que o que se vê com relação aos Mapas de Bordo foi uma diminuição das capturas da espécie e que quando foi solicitado a inclusão das espécies descartadas, houve uma desconfiança dos pescadores, já que a inclusão de uma espécie proibida poderia acarretar alguma punição. Portanto, solicitou clareza para que possam evitar penalizações.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) considerou que há confusão entre excesso de pesca e status de ameaça para as espécies e que deve ser considerada a migração das espécies, pois isso interfere na quantidade pescada. Além disso, solicitou que sejam encaminhadas datas para discussão dos encaminhamentos das reuniões. Também solicitou que as recomendações da ICCAT sejam seguidas quando há permissão de captura da espécie e não apenas quando há proibição.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) observou que as decisões são tomadas pelos gestores do MPA e MMA e que o GTC apenas realiza sugestões técnicas. Além disso, concordou com a fala sobre sazonalidade que é considerada pela ICCAT, a exemplo da albacora-branca. Por fim, destacou que como cientista tem o dever de colocar as informações técnicas.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) determinou a realização do intervalo com retorno às 14 horas.

3.4.2. INFORMES E RECOMENDAÇÕES (Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa - SERMOP)

Ao retomar a reunião, o Sr. Rivetla Édipo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) passou a palavra à Sra. Flávia Fredou (MPA) para realização da apresentação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Flávia Fredou (MPA) deu início a apresentação ressaltando a importância do tema para compreensão da diferenciação entre as decisões técnicas e políticas. Em seguida apresentou as estruturas da ICCAT, bem como os participantes e a agenda das reuniões com destaque para a sugestão de realização da próxima reunião do Painel 1 no Brasil, em maio de 2024. A Sra. Flávia Fredou (MPA) também ressaltou a necessidade de sucessivos esclarecimentos por parte do Brasil durante a reunião da Comissão, em novembro de 2023, devido às extrapolações dos limites de captura nos anos passados e que, após as explicações realizadas, o país passou sem nenhuma intervenção por parte do Comitê de Cumprimento e dos outros países membros da ICCAT. Posteriormente apresentou as recomendações que o Brasil está sujeito e as medidas de cada uma.

Por fim apresentou os documentos aprovados durante a reunião de novembro, dentre eles a recomendação para o pagamento parcelado da cota ultrapassada pelo Brasil e os próximos passos para a continuidade das ações.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) passou para as intervenções dos membros.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) parabenizou pela presença do governo brasileiro na reunião do ICCAT e ressaltou que testemunhou presencialmente os esforços da delegação. Além disso, ressaltou as diferenças entre os posicionamentos internos e externos e que nem sempre as ações dependem apenas do país.

A Sra. Flávia Fredou (MPA) agradeceu a fala e ressaltou que desde o ano de 2019 é realizada a tentativa de ajuste de cota da albacora-bandolim, diante de novas avaliações de estoque da espécie.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) ressaltou o reconhecimento internacional do comitê científico brasileiro e do governo junto à ICCAT e que as reivindicações do setor não possuem relação com o descumprimento das recomendações, mas sim com o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de cotas desde o início do ano.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) relatou preocupação com a fiscalização das embarcações brasileiras por entidades internacionais. E que a fiscalização de embarcações internacionais no Brasil deve ser conversada com o setor. Além disso, defendeu uma diferenciação entre embarcações artesanais e industriais. Por fim, questionou se poderiam trabalhar durante o mês de janeiro ou se as pescarias iriam parar já no mês de dezembro.

A Sra. Gizelle Perão (SINDIPI) agradeceu o comitê científico pelo trabalho. Relatou que já contribuiu junto ao SINDIPI, no setor do cardume associado, a disponibilização de embarcação para embarque de observadores científicos e solicitou o acesso aos dados em tempo real.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) reiterou o espanto e a insatisfação sobre a paralisação das pescarias. E comentou que deve haver coerência com a ICCAT com relação a paralisação, mas também com a utilização total das cotas disponíveis.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) relatou descontentamento com a paralisação principalmente do cardume associado, e que foi apresentada uma proposta para evitar a paralisação nesta época tão importante para a pesca. Todavia, comentou que acredita que estão no caminho para evitar paralisações futuras.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que algumas das intervenções serão discutidas na seção sobre a albacora-bandolim.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) interveio solicitando resposta ao questionamento com relação à coerência das recomendações e cotas estipuladas pela ICCAT.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) relatou que em relação a albacora-bandolim a ICCAT tinha uma cota e o Brasil colocou suas medidas internas para não ultrapassar. Com relação ao tubarão-mako e outras espécies que a ICCAT estabelece uma cota, mas que tem a captura proibida no país, relatou que haverá uma seção específica sobre o tubarão-mako e que o ICMBio pode se pronunciar, pois o órgão é responsável pela análise da ameaça de extinção das espécies, e não o MPA.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) reiterou a necessidade de alinhamento junto à ICCAT.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) informou que todas as solicitações realizadas pelo setor foram recebidas e estão sendo analisadas pelo MPA.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) ressaltou a necessidade de seguir a agenda e colocar as discussões nos momentos corretos para cumprimento da agenda.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) afirmou que gostaria de encaminhar a revogação da paralisação da frota de espinhel, conforme documento enviado previamente ao MPA, uma vez que a portaria aumentaria o esforço de pesca sobre o recurso pela frota clandestina e pela frota internacional.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) solicitou que seja comunicado ao setor que a reunião da ICCAT que poderá ocorrer no Brasil, não se trata de um CPG, e que, portanto, deveria haver cuidado no relato dos problemas enfrentados pelo país, com a finalidade de preservação da imagem nacional. E que se possível, tendo em vista, a solicitação anterior do Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR), houvesse a preservação do período de lua para pescaria de espinhel, considerando que o desembarque das embarcações em 2024 poderia computar as informações para este ano, preservando assim a pescaria.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) registrou que por 2 (dois) anos seguidos o comitê científico foi parabenizado pela ICCAT.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou sobre as medidas de monitoramento impostas pela ICCAT, se existe alguma que o país tenha dificuldades em implementar.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) informou que existem várias, como a de 10% de observadores de bordo, mas que o MPA ainda não havia realizado o levantamento de quanto haveria de cobertura. Mas a ideia era que houvesse a cobertura de todas as frotas. Sobre o monitoramento de portos, existe a recomendação interna, mas ainda não foi levantado o número total de portos. E que no próximo ano será melhorado através do programa de monitoramento.

O Sr. Ricardo Ginicolo (MPA) relatou que esteve presente nas reuniões da ICCAT e que a credibilidade do comitê científico possibilita que o país coloque seus pleitos junto à comissão. Também comentou sobre a inspeção internacional em alto mar, que foi amplamente discutida com a Marinha do Brasil e com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e que a questão compete mais à Marinha do Brasil, mas que a Assessoria Internacional



buscou uma simetria e garantia da soberania nacional para preservar o setor pesqueiro brasileiro.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESCA) afirmou que houve uma reformulação geral do setor pesqueiro do estado do Ceará devido à paralisação das pescarias, além disso, parabenizou os representantes brasileiros na ICCAT pelas medidas tomadas para continuidade das pescarias no ano de 2024. Também comentou que vê o setor pesqueiro dividido entre indústria, embarcações e MPA, e que é preciso consenso entre todos para que as medidas possam ser estabelecidas em conjunto. Por fim, convidou a parte técnica para conhecer a pescaria do estado.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) ressaltou sobre os pontos 7 e 8 que vê na fala da Sra. Flavia Fredou (MPA) que está sendo dada muita importância a história da ICCAT, pois apesar das dificuldades do comitê é preciso ousar, para que possam prevalecer os interesses nacionais.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) relatou que as medidas alcançadas foram devido ao trabalho realizado pelo comitê brasileiro e que o país correu o risco mais de uma vez de perder a pesca.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) declarou encerrada a discussão dando seguimento para seção albacora-bandolim.

3.5. DEVOLUTIVA SOBRE AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS COTAS DE ALBACORA-BANDOLIM EM 2023

3.5.1. APRESENTAÇÃO (Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa)

A Sra. Flavia Fredou (MPA) iniciou sua explanação resgatando a linha do tempo da publicação da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 02, de 2023, que estabeleceu os limites de captura para o ano de 2023, e destacando como chegaram até o momento atual, ressaltando as reuniões do CPG, as participações na ICCAT, a definição das cotas e apresentações do GTC, considerando os motivos de atrasos com a reestruturação dos CPGs e o período de transição de governo. Desta forma, a Sra. Flavia Fredou (MPA) destacou a importância do resgate para evidenciar que houve uma construção coletiva e que houve



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sugestões que foram consideradas na determinação dos gatilhos, das cotas e da paralisação das frotas.

3.5.2. CONSIDERAÇÕES DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO BRASIL - PMPA (Pesquisadora do Projeto PMPA)

A Sra. Tatiana Beltrão (Pesquisadora do PMPA) apresentou-se e em seguida ressaltou a necessidade do desenvolvimento do PMPA como medida emergencial nos últimos 3 (três) meses para continuidade da atividade pesqueira. Em seguida foram apresentados os dados dos meses de outubro e novembro, coletados nos portos de desembarque da região Nordeste, e dados dos observadores de bordo nas regiões Sudeste e Sul. Os dados apresentados contemplaram as cidades em que foram realizados os acompanhamentos, o número de embarcações acompanhadas, o número de indivíduos de albacora-bandolim capturados, a biometria amostral dos indivíduos capturados, a produção total por espécies e a condição de soltura dos indivíduos. Em seguida, apresentou algumas das dificuldades encontradas para o desenvolvimento do Programa, como a indisponibilidade de observadores de bordo, a escassez de embarcações disponíveis, dificuldades para as coletas de dados por parte das equipes, a continuidade do monitoramento e a adaptação do setor, além de dificuldades logísticas. Por fim agradeceu a todos que viabilizaram a realização do projeto.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) ressaltou que em reunião anterior havia sido identificada a necessidade de parada da frota de cardume associado para que não fosse atingido o limite de captura e para que a frota de espinhel pudesse continuar as pescarias sem a necessidade de paralisação e que tinha a proposta de descarte por parte da frota de cardume para que não fosse atingida a cota, medida que só seria aceita pelo MMA, em caso de embarque de observadores de bordo. Nesta situação o Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) destacou que o Governo Federal deveria ter assegurado a realização dos embarques para prosseguimento das pescarias. Além disso, reiterou a importância do embarque dos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

observadores de bordo pelo setor e que esta é uma medida internacional, a qual o país está submetido.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) opinou que a apresentação demonstra as dificuldades de cumprimento dos compromissos internos e externos para gestão da pesca no país e que não vê a discussão de como resolver tais problemas. Além disso, destacou que há necessidade de recriar programas de monitoramento, bem como melhorar as ferramentas de acompanhamento das pescarias e ressaltou que para o ano de 2024 deve haver soluções para que não ocorra a paralisação das pescarias. Por fim, propôs ao setor produtivo que se reunisse antes da discussão sobre a portaria do ano de 2024, para alinhamento de uma posição.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) questionou ao Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) se a medida de descarte da albacora-bandolim seria uma medida efetiva e não estaria retirando a biomassa da espécie e se haveria outra medida que poderia ser realizada. Também questionou qual o percentual de juvenis nos indivíduos capturados.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que no início das discussões sobre soltura da espécie, foi afirmado que havia uma grande possibilidade de descarte dos indivíduos vivos, conforme dados apresentados anteriormente. E que será dada continuidade a esta medida, bem como aos projetos de pesquisa. Sobre o tamanho dos indivíduos, informou que no acompanhamento de desembarque o registro foi de indivíduos maiores, já no registro pelos observadores de bordo, foi de indivíduos menores. Portanto, há a necessidade de ajuste na metodologia.

O Sr. Miqueias Carvalho (APAIPECA) relatou que já havia observado em reunião passada, em relação aos observadores de bordo, alguns dos pontos destacados e colocou-se à disposição para auxiliar na resolução de algumas dificuldades. Também questionou se, em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

caso de atingimento da cota da albacora-bandolim no próximo ano, haverá a parada da atividade pesqueira novamente ou se poderia ser realizada a soltura da espécie.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) sugeriu à Sra. Tatiana Beltrão (Pesquisadora do PMPA) a criação de um grupo para a realização de um programa de monitoramento inicialmente para os atuns. Também opinou sobre a importância dos observadores, mas que as câmeras, para monitoramento eletrônico, poderiam substituir os observadores e serem colocadas em todas as embarcações. Por fim, reiterou a importância do compartilhamento dos dados coletados e a necessidade de criação de um sistema para este compartilhamento de informações.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) ressaltou que a cooperação é desejável e muito bem-vinda, e esclareceu sobre a questão dos dados, que estes não pertencem ao programa, mas que são utilizados para dar suporte ao CPG e que caso o MPA permita a disponibilização dos dados, não haveria problema na cessão destas informações. Em conclusão, informou que o programa para inclusão das câmeras de bordo tem sido discutido no âmbito da ICCAT, mas que ainda é uma medida nova aqui no Brasil.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESCA) agradeceu a apresentação e trabalho realizado pela Sra. Tatiana Beltrão (Pesquisadora do PMPA) e enfatizou que durante os dois meses de monitoramento não houve indivíduos de albacora-bandolim desembarcados nos portos do Ceará. E com relação à cota, considerando que ela é trabalhada por peso e não por indivíduos, sugeriu o comprometimento na soltura da espécie. Por fim, reforçou as sugestões para monitoramento de bordo e contribuição e incentivo pelos armadores.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) observou que, caso a portaria de paralisação permaneça em vigor até o dia 30 (trinta), os pescadores e representantes não estariam sendo respeitados, pois, foi informado que os pescadores possuem despesas e terão muitos prejuízos. Também sugeriu a continuidade dos programas de monitoramento e opinou que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

as pesquisas demonstraram a baixa captura de albacora-bandolim, portanto não haveria motivo para o prosseguimento da paralisação.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) reiterou a necessidade de publicitar os dados coletados e que houve a solicitação de apenas 2 (duas) embarcações para contribuição com o projeto de monitoramento.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) agradeceu aos representantes do SINDIPESCA RN e afirmou que convidou o máximo de pescadores para participar da reunião do CPG para conhecerem a realidade das pescarias. Em seguida opinou que se não houvesse integração entre as modalidades de pesca a atividade teria parado muito antes.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) parabenizou o MPA pelo programa de monitoramento, e destacou que vê como importante a cobrança para que o Ministério execute o Programa, pois, respalda as ações dos que estão querendo cumprir os compromissos. Além disso, enfatizou que há outras questões que são observadas pela fiscalização e que podem ser elencadas oportunamente e afirmou que há desafios como a utilização de modalidades diferentes das permissionadas pelas embarcações, além de muitas embarcações atuando sem autorizações de pesca.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) afirmou que gostaria de ouvir as propostas sobre as medidas de ordenamento, monitoramento e controle para o ano de 2024, uma vez que as discussões já estão atrasadas, conforme a agenda da reunião.

A Sra. Tatiana Beltrão (Pesquisadora do PMPA) agradeceu as parabenizações e estendeu a toda a equipe que prestou suporte e realizou o projeto.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) também agradeceu à Sra. Tatiana (Pesquisadora do PMPA) pelos trabalhos realizados.

3.6. APRESENTAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DAS COTAS PARA 2023 (GTC Atuns e Afins)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) deu início a apresentação relatando que durante a reunião foram realizados diversos questionamentos com relação ao cálculo dos dados e que se possível gostaria de responder alguns deles. Também avaliou que não considera que o modelo preditivo possa ser abandonado para 2024.

Em seguida, o Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) apresentou a metodologia utilizada para o modelo preditivo e a expansão amostral, ressaltando que pode haver variações assim como qualquer modelo. Os modelos preditivos são baseados em séries temporais trimestrais de produção entre os anos de 2017 e 2022 e permitem observar a evolução esperada da produção, além do risco de extrapolação da cota. Já a expansão amostral é baseada nos Mapas de Bordo e Mapas de Produção, além do registro e permissionamento das embarcações, permitindo observar o total produzido.

Como impactos atuais, o Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) observou a baixa aderência na entrega de Mapas de Bordo, inconsistências nos dados de produção e esforço nos Mapas de Bordo e o atraso na chegada de informação dos Mapas de Bordo ao GTC. Além disso, ressaltou que não há a possibilidade de estimar os dados de captura sem a entrega dos Mapas de Bordo, o que por sua vez, causará morosidade nas medidas futuras.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) considerou, em relação aos observadores de bordo, que haveria a possibilidade de participação de profissionais parceiros, como pescadores, no monitoramento.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) relatou a falta de extensão pesqueira no país e destacou que recebem os Mapas de Bordo quase imediatamente. Além disso, opinou que há necessidade de orientação dos armadores e que caso sejam utilizados os Mapas de Bordo, deveria haver a melhoria deles.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) relatou que, em reunião com o ICMBio, foi sugerido ao cardume associado o preenchimento dos Mapas de Bordo, através da média entre captura e total de dias de pesca e que isso poderia ser um dos motivos de inconsistência.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) concordou com a necessidade de extensão, todavia, ressaltou que os instrumentos do Mapa de Bordo o são utilizados desde o ano de 2005, portanto as dúvidas não poderiam estar surgindo apenas agora.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) questionou se os modelos estatísticos utilizaram os dados até dezembro de 2022 e como houve alteração da produção estimada, considerando que os dados eram fixos.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que o modelo preditivo, baseado no período entre 2017 e 2022, construiu a expectativa para o ano seguinte. Já a expansão amostral entra como variável para consolidação dos dados, a partir dos Mapas de Bordo apresentados no ano de 2023.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) informou que havia questionado pelo relato de morosidade de entrada dos Mapas de Bordo.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) destacou que este foi o motivo para o fechamento do 3º (terceiro) trimestre de 2023 apenas no mês de dezembro.

Por fim, o Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) questionou se a data de corte da produção pode ser no final de novembro ou outubro e sugeriu um maior esforço para realização de cotas por embarcação.

O Sr. Rivetla Edipo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) solicitou atenção aos pontos da agenda para melhor aproveitamento do tempo.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que a ICCAT considera o ano fechado, portanto não haveria possibilidade de mudança.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) comparou, em relação às totalizações por trimestre do modelo preditivo, quais seriam as produções até 30 de setembro e questionou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

algumas divergências. Além disso, solicitou o aumento das penalizações para a não entrega dos Mapas de Bordo.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) comentou que existem flutuações sobre a média e informou sobre a tramitação para o recebimento dos Mapas de Bordo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

A Sra. Flavia Fredou (MPA) opinou que espera maior rapidez para a disponibilização dos Mapas de Bordo o com a implementação da plataforma digital de recebimento a partir de 1º de janeiro e informou que a capacitação foi realizada por modalidade de pesca e que é importante solicitar a capacitação ao MPA com relação ao Mapas de Bordo digital.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou aos presentes sobre o tempo de permanência no local e devido a iminência do fim da reunião questionou se todos os inscritos gostariam de se manifestar ou se poderiam seguir para o próximo ponto de agenda.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) relatou que o treinamento realizado foi para o preenchimento do Mapas de Bordo digital com os armadores e despachantes, portanto, se há divergências nos dados informados, o treinamento deve ser realizado com os mestres, pois são eles que preenchem os Mapas de Bordo.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que existe uma extrapolação regional devido aos padrões distintos e que há também uma diferenciação entre os estados e os petrechos utilizados.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) lembrou a necessidade da criação da lista positiva de embarcações registradas, conforme recomendação anterior do CPG, visto que esta informação é utilizada na expansão dos dados de Mapas de Bordo.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) ressaltou que as informações de registro de embarcações são subestimadas e não superestimadas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) questionou se o painel de informações poderia ser disponibilizado e melhorado.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) relatou que os dados são enviados pelo setor e questionou se a Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) requer o resultado do modelo, e afirmou que é possível, todavia levaria algum tempo para esta disponibilização.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) chamou atenção do setor para compreensão da situação atual do GTC que se dedica ao setor e sugeriu que sejam discutidas questões de normativas e orçamentos para realização das medidas propostas para o próximo CPG.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) relembrou que o MPA concedeu o valor de 14 milhões para o monitoramento e projetos de pesquisa no ano de 2023.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) corroborou que o Ministério tem disposto de esforços para a melhoria do monitoramento e que a gestão ainda está no início, portanto é preciso tempo para que as medidas possam ser efetivadas. Porém, concordou que é necessário melhorar as condições de trabalho de forma geral.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou se o "Bait Boat" seria o "Gaiadeiro do Sul" (linha/vara e isca viva).

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que sim.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) relatou que durante o período do 3º trimestre a frota estava parada, portanto não haveria dados das pescarias.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que existem embarcações permissionadas para "Bait Boat" que entram em outros estados e reiterou que os dados foram reportados através dos mapas de bordo e por isso consta a expansão amostral.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) questionou como o país tem reportado à ICCAT dados semelhantes percentualmente desde 2018.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) relatou que há uma similaridade no padrão de produção informado pelo setor.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) opinou que poderia haver alguma falha no modelo estatístico, pois não seria possível que a produção fosse percentualmente igual durante 4 anos.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que a pesquisa é feita por ato declaratório, uma vez que a informação é proveniente de quem a fornece, portanto, se há constância nos dados declarados o modelo matemático não irá alterar a informação

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) declarou encerrada a reunião devido ao horário avançado.

SEGUNDO DIA DE REUNIÃO (20/12/2023)

3.7. PROPOSTA DE MEDIDAS DE ORDENAMENTO, REGISTRO E MONITORAMENTO PARA 2024

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) deu início ao segundo dia de reunião solicitando aos presentes que as falas fossem ponderadas e ressaltou que todos os representantes precisam ser respeitados. Além disso, reiterou que as propostas a serem apresentadas foram também recebidas pelo setor interessado. Em seguida informou que neste momento tratariam do valor da cota, da alocação da cota e das medidas de monitoramento para o ano de 2024 e apresentou o valor da cota, questionando se algum membro teria dúvida sobre o valor.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) lembrou que deste valor da cota precisará ser reduzido o valor extrapolado em 2023.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) ressaltou que os números são relativos à prestação de contas para a ICCAT e não a valores internos.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) informou que o total irá permanecer porque foi definido pela ICCAT, porém que a normativa interna abate das modalidades que ultrapassaram.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que o valor ultrapassado no ano de 2023, será, no âmbito da ICCAT, descontado no ano de 2025.

Posteriormente, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) apresentou a base de cálculo aprovada em 2023, dividida com a porcentagem de cada modalidade. Também ressaltou que os dados para o ano de 2024 precisarão ser atualizados, mas que a base de cálculo será a mesma.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) comentou que quando o controle foi implementado no ano de 2023, foram geradas algumas dúvidas e que ao verificar com mais profundidade, percebeu-se que a modalidade 1.12 possui a albacora-bandolim como espécie alvo e que precisa estar no controle, pois as embarcações obtiveram autorização para capturar a espécie e estão impedidas de pescar. Além disso, citou outras modalidades que possuem a espécie como acompanhante e que precisam estar no monitoramento e no controle e a modalidade 4.3 que não possui autorização para pesca de albacora-bandolim e poderia estar fora desse controle.

O Sr. Paulo Gonçalves (SINDIFRIO CE) questionou o motivo de calcular médias sobre períodos que se sobrepõem e questionou algumas diferenças com relação aos valores para o cardume associado.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que as questões levantadas foram discutidas em reuniões anteriores e passou a palavra ao Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC Atuns e Afins).

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC Atuns e Afins) informou que no ano



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

passado iniciaram a discussão com apenas um período, porém, após discussão em plenária com representantes do cardume associado e do espinhel, a solução encontrada foi a busca das médias de um período mais recente e realizar a média entre os dois períodos para chegar a um consenso entre todos.

Com relação aos valores questionados, o Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) informou que o desconto não será do cardume associado, mas de quem excedeu o limite de captura.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESCA) informou que retirou a dúvida e passou a palavra ao próximo inscrito.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDEPESCA RN) opinou que, sobre a questão do excesso, é necessário que haja diferenciação das modalidades, do ponto de vista do cumprimento de entrega do Mapas de Bordo.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) questionou sobre a inexistência de Mapas de Bordo para a modalidade 1.12 e se os dados estariam entrando para a modalidade de cardume associado.

A Sra. Elielma Borcem (MPA) informou que os Mapas de Bordo não estavam identificados por modalidade, mas que eram reportados pelo Mapas de Bordo de linha de fundo. E que no sistema já possui a modalidade específica, inclusive para as modalidades complementares.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC Atuns e Afins) afirmou que os dados levantados pelo IBAMA não chegam ao GTC, e que não possuem dados sobre a linha de mão.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) relatou que a maior discussão anterior foi sobre a divisão de cotas e que embarcações estão reportando dados no cardume associado. Ademais, solicitou que as pescarias sejam reportadas de outra forma ou a criação de normativa para mudança de autorização das embarcações principalmente do Nordeste para o cardume



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

associado.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) relatou que houve solicitações de autorização para o cardume associado que receberam autorização para linha, portanto, sugeriu atualizações nas autorizações.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) reiterou que os Mapas de Bordo digitais irão contemplar as autorizações complementares e comentou que a regularização das frotas está em processo para organização das frotas.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) informou que o órgão possui enquadramentos para a não entrega dos Mapas de Bordo e para informações falsas ou omissas de instrumentos de controle. Sobre a questão da frota 1.12, relatou que ela não está operando na modalidade permissionada, mas sim no cardume associado.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC Atuns e Afins) relatou preocupação com a operação de embarcações em modalidade que não estão permissionadas, e comentou sobre a impossibilidade de converter as modalidades para cardume associado, devido à grande quantidade de autorizações.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) questionou o valor das multas aplicadas pelo IBAMA e destacou que deve ser levado em conta que as embarcações estão em dia, mas as licenças não são liberadas e sugeriu que o MPA lute por orçamentos para o Ministério e para o setor.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESCA) também solicitou a revisão das licenças de pesca e dos valores das multas aplicadas ao setor.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) observou que desde o ano 2016 o PMAP tem cobertura de grande parte do território nacional e questionou se os programas de monitoramento são utilizados na consolidação dos dados.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) relatou que as informações de Mapa de Bordo do Brasil são digitadas pelo PMAP de Santa Catarina e no que compete aos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

desembarques realizados no estado, há possibilidade de constatação das informações pelo programa.

O Sr. Carlos (SEAG) observou que o espinhel de superfície da modalidade 1.3 deveria continuar operando, pois possui como espécie-alvo o dourado, e sugeriu a utilização de *royalties* de petróleo em fundos de pesquisa para a atividade pesqueira.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) apresentou o *slide* sobre as propostas de valores de gatilho para paralisação por frotas. Além disso, apresentou os limites de captura da espécie albacora-bandolim por cruzeiro de pesca para as modalidades que ficariam fora da paralisação. Desta forma, passou para a discussão sobre as propostas.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) questionou sobre quem vende os peixes exportados e relatou que as punições sempre recaem sobre os pescadores.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDEPESCA RN) solicitou a extensão do prazo para discussão da temática, comentou a necessidade da lista positiva das embarcações permissionadas por modalidades e, com relação ao gatilho, sugeriu que fossem adotados para cada modalidade. Ademais, sugeriu o aumento do gatilho do espinhel para 95%, que na retomada das pescarias seja verificado as embarcações que cumpriram com a entrega dos Mapas de Bordo, além do reporte do PREPS, e que sejam adotadas medidas mais efetivas para a não entrega dos mapas de bordo.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que não conseguiriam esgotar todas as discussões durante a reunião, mas solicitou que todos encaminhem recomendações e sugestões para a Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) corroborou com a fala anterior e parabenizou a apresentação realizada, pois demonstra que os membros aprenderam com os erros passados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESCA) sugeriu um gatilho em 90%, para o estado do Ceará, e o descarte da albacora-bandolim abaixo de 5 kg. Além disso, solicitou mais clareza com relação aos comunicados.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) ressaltou que grande parte da frota de espinhel das regiões SE/S está nas modalidades 1.1 e 1.2 e que a captura de albacora-bandolim é insignificante, assim, solicitou isonomia quanto ao cardume na questão de acompanhamento e que a frota de espinhel não seja paralisada.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) ratificou a fala anterior e acrescentou que a tendência com a utilização das cotas e dos percentuais de gatilho é que as pescarias cheguem até o final do ano e que não concorda com a paralisação das frotas, mas sim com a paralisação da captura da espécie.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) manifestou preocupação com relação aos gatilhos e proibição da pesca de determinadas espécies para que um método de pesca não interfira no outro e opinou que é necessário saber quem está realmente entregando os Mapas de Bordo.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) informou que o órgão sentiu, no controle, uma dificuldade na diferenciação dos gatilhos e sugeriu um gatilho único para a pesca da albacora-bandolim. Além disso, informou que o IBAMA não tem utilizado a lista positiva disponibilizada, pois ela possui embarcações irregulares. Por fim, sugeriu a retirada da frota 4.3, que não possui a espécie albacora-bandolim, e a criação de um GT entre o IBAMA e a Marinha do Brasil para resolução das embarcações irregulares.

A Sra. Flavia Fredou (MPA) comentou que o MPA está realizando as ações, com o tempo e o número de pessoal disponível e ressaltou que o Ministério está realizando diversas ações em relação à retomada da estatística pesqueira. Sobre a lista positiva, destacou que, na reunião em que foi discutida a criação, o MPA informou que poderia disponibilizar naquele momento apenas o registro geral das embarcações, sem maiores conferências e que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

futuramente poderiam ampliar a avaliação. A Sra. Flavia Fredou (MPA) também reiterou a demora na entrega dos Mapas de Bordo e que concorda com a penalização das não entregas.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) afirmou que o MPA não informa para o armador quando há falha de sinal no PREPS.

A Sra. Flavia Lucena (MPA) informou que o PREPS terá um marco zero e que estão reestruturando um trabalho de 10 anos. Sobre os Mapas de Bordo digitais, ressaltou que estão previstos outros canais em caso de falha do sistema.

3.8. DEVOLUTIVAS DO PROJETO TUBARÃO AZUL E PRÓXIMOS PASSOS (TED MPA - FURG) (GTC Atuns e Afins)

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) pediu desculpas pela ausência do Prof. Gustavo Cardoso (FURG) para apresentação do Projeto, do qual ele é o Coordenador. Dando seguimento, apresentou o fluxograma do projeto e do plano de gestão elaborado. Posteriormente, apresentou as formas de monitoramento e avaliações das espécies analisadas, além das áreas monitoradas. Informou, em seguida, os dados divulgados por espécies e ressaltou que elas ocorrem quase em tempo real. Apresentou, também, a relação entre os desembarques e as receitas geradas pela frota de espinhel no estado do Rio Grande do Sul, ressaltando a importância da análise para conhecimento do potencial econômico das pescarias.

Em seguida, o Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) apresentou comparação entre as capturas ocorridas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além das capturas realizadas no Atlântico Sul, destacando que o Brasil possui captura entre 10 a 15% do total do Atlântico Sul. Além disso, informou que o projeto será expandido para o estado de Santa Catarina, a partir do mês de janeiro.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) questionou se existe a possibilidade de mudança na utilização dos estoques do Atlântico Norte e Sul.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) ressaltou que as pescarias possuem duas cotas e que o Atlântico Norte possui um estoque e o Atlântico Sul outro e que as capturas precisam ser relatadas no estoque em foi realizada a retirada.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) destacou que há essa possibilidade para a espécie espadarte, porém, no caso do tubarão-azul não há essa possibilidade.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) parabenizou a apresentação e realização do projeto e ressaltou que há aprovação e contribuição dos armadores de Santa Catarina com a realização do projeto.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) parabenizou a apresentação, ressaltou a importância da espécie para os pescadores e solicitou que os estudos também sejam realizados no estado do Espírito Santo. Além disso, ressaltou a diferença entre sobrepesca e risco de extinção da espécie e sugeriu a criação de planos para incentivo da pescaria de tubarão-azul. Por fim, destacou a necessidade de incentivo da pesca nas áreas internacionais.

O Sr. Miqueias Carvalho (APAIPESCA) reiterou a necessidade de levar o Projeto para o estado do Espírito Santo.

O Sr. Francisco Marcante (SBEEL) ressaltou que possuem dados de avaliação sobre o tubarão-azul que estão disponíveis ao público e colocou-se à disposição para contribuição das discussões do CPG.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) ressaltou que apesar dos projetos estarem concentrados nos estados da região Sul, a pesca é realizada a nível nacional e que é necessário o cruzamento das informações entre os diferentes Projetos.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) relatou a importância da geração de informações para a manutenção das pescarias e que as embarcações com câmeras (monitoramento eletrônico) corroboram com as informações apresentadas no projeto.



A Sra. Rosângela Lessa (SBEEL) ressaltou a importância do direcionamento dos dados de desembarque para a espécie de tubarão-azul e relatou preocupação com a captura de indivíduos jovens.

3.9. AVALIAÇÃO DE ESTOQUE DO TUBARÃO AZUL NO ÂMBITO DA ICCAT

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) relatou que a apresentação anterior demonstrava uma parte das informações utilizadas pelo Brasil e agora trata-se da relação total das informações que compuseram a avaliação do estoque neste ano, não só do Brasil, mas de todos os países que operam sobre a espécie no Atlântico Sul. Os modelos apresentados compuseram o período entre 1971 e 2021 e incluíram séries de capturas, CPUE e comprimentos. Além disso foram apresentados dados biológicos da espécie, esforço de pesca, índice de abundância, entre outras informações de todos os países que participam desta pescaria. Por fim, ressaltou que o estoque está com esforço um pouco acima do sustentável, mas a biomassa continua no verde, ou seja, o estoque não está sobrepescado, mas está sofrendo sobrepesca.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou sobre o gráfico de distribuição de comprimento durante o período analisado.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) apresentou novamente a série de comprimento por frota.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) ressaltou que o Sr. Francisco e a Sra. Rosângela estão participando pela Sociedade Brasileira para o Estudo dos Elasmobrânquios (SBEEL) e irão apresentar um documento com sugestões de manejo ao CPG, também solicitou a inclusão destes como convidados nas discussões sobre o tubarão-azul.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) afirmou que considera importante que o Sr. Francisco e a Sra. Rosângela integrem o GTC.



A Sra. Rosangela Lessa (SBEEL) ratificou a intenção de interagir com as discussões sobre a espécie e relatou preocupação no desenvolvimento de uma pescaria baseada em indivíduos jovens.

3.10. AVALIAÇÃO NACIONAL DE RISCO DE EXTINÇÃO DO TUBARÃO AZUL E PAN TUBARÕES

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) agradeceu a oportunidade da apresentação e relatou inicialmente os conceitos e definições para a realização da análise da ameaça de extinção pelo órgão, considerando-se a população da espécie, tamanho populacional, subpopulações e indivíduos maduros. Em seguida informou sobre os dados utilizados, as teorias de risco de extinção, os critérios, os graus de ameaça, os cálculos de redução populacional e as categorias de risco.

Sobre o tubarão-azul destacou que a espécie se encontra na categoria quase ameaçada (NT) e apresentou a importância ecológica da espécie. Por fim, a Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) apresentou os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, com destaque para o PAN Tubarões, que visa recuperar as populações de tubarões e raias ameaçadas no Brasil.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) questionou sobre a disponibilidade das fichas de classificação e sobre a inclusão dos agulhões no PAN Tubarões.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) afirmou que as fichas publicadas são de livre acesso, já as que não foram publicadas ainda cabe solicitação ao ICMBio. Com relação à inclusão dos agulhões, ela informou que foram inseridas no PAN Tubarões por não possuírem um Plano de Ação específico.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) ressaltou a necessidade de que nas próximas avaliações de ameaça de extinção seja levado em consideração que as frotas que capturam o tubarão-azul, e outras espécies, são controladas pela ICCAT, visando a manutenção das pescarias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) informou que poderá ser considerado sim e que já foi considerado para outras espécies.

O Sr. Francisco Marcante (SBEEL) relatou que existe uma medida de manejo pela ICCAT, mas não acredita que resolva o problema como um todo. Além disso, comentou que a categoria de ameaça da espécie é uma oportunidade para a elaboração de um plano de recuperação para a espécie.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) realçou que o tubarão-azul não é capturado sozinho e que é necessário olhar para as outras espécies também.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) comentou que existe um TAC para o tubarão-azul e que é uma espécie transnacional e que caso a cota não seja utilizada pelo Brasil, será utilizada por outros países que realizam a pescaria.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) questionou sobre a inserção do tubarão-azul no PAN.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) ressaltou que a espécie é considerada como ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul e possui uma relação com outras espécies que estão ameaçadas.

3.11. APRESENTAÇÃO SOBRE A CITES: ENTRADA DO TUBARÃO AZUL NO ANEXO II E PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DO NDF

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) deu início apresentando a pesca do tubarão-azul, com os tipos de frota e o volume de captura mundial. Em seguida, destacou a pescaria no Brasil e o comércio nacional e internacional. Posteriormente, apresentou os motivos de criação, objetivos e enquadramentos legais da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens (CITES). Segundo apresentado, o tubarão-azul encontra-se no Anexo II da CITES, que regulamenta o comércio da espécie. A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) também apresentou os motivos do tubarão-azul ter sido incluído na CITES e os atos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

normativos para exportação, importação e reexportação da espécie. Por fim, foram apresentadas outras medidas que envolvem o comércio internacional do tubarão-azul.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) questionou como será a questão da elaboração do NDF (Parecer de Extração Não-Prejudicial) e o que precisa ser realizado para solicitação da licença para exportação.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) informou que o NDF será construído ainda, sobre o parecer da autoridade científica e relatou que até o momento não receberam solicitações. Além disso, orientou ao setor que realize a leitura da normativa e em caso de dúvidas entre em contato com o IBAMA e com o ICMBio.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) questionou qual o prazo para construção da NDF.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) relatou que ainda não possuem uma data.

O Sr. Giovanni Monteiro (ABIPESCA) questionou a discussão sobre a ameaça da espécie pelo Brasil, uma vez que a espécie é migratória.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que a discussão se dá devido a questão comercial da espécie e que a demanda veio do setor para sanar dúvidas.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) relatou que a pesca da espécie captura outras espécies também e que a inclusão na CITES não tem ligação com a ameaça da espécie.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) relatou que é necessário entender as diferenças entre o tubarão-azul e o tubarão-mako e ressaltou preocupação com a transparência da elaboração do NDF.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) afirmou que a parte administrativa não está com o ICMBio e que não tem informações sobre o andamento.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Ulysses Raposos (APEDI) solicitou o incentivo da pesca do tubarão-azul, principalmente nas águas internacionais.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) afirmou ter preocupação com o incentivo da pesca da espécie, pois devem ser consideradas outras espécies que também são capturadas na pescaria.

O Sr. Miqueias Carvalho (APAIPESCA) opinou que o tubarão-azul não deveria ter cota devido à grande disponibilidade da espécie e que havia compreendido da apresentação que a espécie estaria em extinção.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) afirmou que a espécie está como quase ameaçada e que entrou na CITES por conta das outras espécies.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) ressaltou que da mesma forma que o Brasil é membro da ICCAT é membro da CITES e que é preciso seguir suas recomendações e perguntou como é realizada a importação do tubarão-mako.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) sugeriu que ele entrasse em contato com o IBAMA.

Sobre a apresentação, o Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou se já havia um NDF para o tubarão-mako.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) confirmou que o NDF já está na CITES.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) sugeriu o encaminhamento sobre o assunto pelo CPG e questionou qual o sentido da discussão sobre tubarão-azul, uma vez que deveria ser discutida a fauna acompanhante, visto que a espécie não está ameaçada, mas sim a fauna acompanhante. Por fim, solicitou que o MPA realize a organização das informações para fomentar a pesca e auxiliar o setor.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) solicitou que a ABIPESCA organize a recomendação para que seja colocada na sessão das recomendações.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) afirmou que já há uma norma para realizar a exportação e reiterou a necessidade de encaminhar as dúvidas ao IBAMA e que além de seguir as recomendações internacionais, também há a necessidade de seguir as normas internas.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) relatou que a espécie-alvo das embarcações atuneiras não é o tubarão-azul e colocou-se à disposição dos órgãos para contribuir com as avaliações. Além disso, comentou que os indivíduos capturados são adultos.

A Sra. Roberta Aguiar (ICMBio) lembrou que há uma diferença entre o que ocorreu há 20 anos e o que há hoje em dia e relatou preocupação com a operação das frotas internacionais.

A Sra. Laís Belsito (ABIPESCA) relatou que os procedimentos para importação de espécies estão desalinhados com as normas internas e externas e que o setor não consegue atendimento pela área responsável no IBAMA para sanar as dúvidas.

O Sr. André Luiz (MPA) afirmou que a CITES é superior a ICCAT, e que no âmbito das organizações internacionais será dado avanço na regularização da pesca ilegal.

3.12. MEDIDAS DE ORDENAMENTO TUBARÃO AZUL DE ACORDO COM RECOMENDAÇÃO APROVADA NA ICCAT 2023

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que inicialmente a proposta de Recomendação foi realizada pela União Europeia e que a cota para o Brasil foi estabelecida após discussões com o Comitê Científico.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) sugeriu que sejam avaliadas as autorizações de pesca que não estão mais em operação e que sejam seguidas as recomendações da ICCAT para o tubarão-mako.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) sugeriu a inclusão do tubarão-azul como espécie-alvo das modalidades de espinhel de superfície, devido ao grande número de autuações pela captura da espécie como fauna acompanhante. Ademais, solicitou a unificação das modalidades de espinhel das regiões SE/S, devido a semelhança entre elas.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) relatou que o órgão reuniu os 1.338 (mil trezentos e trinta e oito) Mapas de Bordo e que a principal espécie enviada pelo Brasil é o tubarão-azul e que concorda com a fala de seguir as recomendações da ICCAT, mas que a comissão também recomenda uma série de medidas, como observadores de bordo, lista positiva, entrega dos Mapas de Bordo, dentre outras. Opinou, também, que não vê o país encarando de frente os dados disponíveis e que quando apoia que as licenças sejam reunidas e as espécies-alvo sejam realmente alvo, não pode ser um aval para que se pesque de forma desordenada e insustentável.

3.12.1. APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA ORDENAMENTO DA PESCA E CONTROLE DA COTA DE CAPTURA DO TUBARÃO-AZUL

A Sra. Laís Belsito (ABIPESCA) apresentou a proposta de minuta para o estabelecimento nos anos de 2024 e 2025 do limite anual de captura de tubarão-azul no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas águas internacionais para embarcações de pesca brasileiras, destacando inicialmente que a proposta foi discutida por diversos representantes do setor privado e público.

O Sr. Rivetla Édipo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) agradeceu a apresentação e passou a palavra aos inscritos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) opinou que considera pertinente a sugestão de unificação das modalidades 1.1 e 1.2 e solicitou que o ano de 2024 seja pensado como um ano de transição, mas que no ano de 2025 seja realizada a cota por embarcação.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) manifestou apoio a sugestão de unificação das licenças e à minuta proposta.

O Sr. Francisco Marcante (SBEEL) relatou que não vê contemplado nas discussões as informações sobre o tamanho, sexo e área em que serão capturados o tubarão-azul e que considera importantes estas informações para o manejo da espécie.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) relatou a importância da pesca do peixe-prego para as modalidades de espinhel das regiões SE/S. Também manifestou concordância com a unificação das modalidades.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) agradeceu a apresentação e manifestou preocupação com a sugestão de múltiplos programas de monitoramento em uma mesma região. Além disso, comentou que não vê como funcional o Sustainha enquanto instrumento de monitoramento e manifestou preocupação com um gatilho de 97% e com o retorno das pescarias, após o atingimento da cota, pois a espécie ainda será capturada e mesmo o descarte do animal morto contabiliza na cota internacional.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) comentou que o espinhel de Itaipava opera na superfície e em zona costeira, capturando pouco tubarão-azul, e informou que o GTC está disponível para auxiliar em qualquer proposta do CPG. Por fim, relatou que é a primeira vez que vê o setor apresentar uma proposta de ato normativo e solicitou esclarecimento sobre a situação.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que foi idealizada uma pauta sobre medidas de monitoramento que o setor apresentou e que apesar de ser algo diferente, não vê nenhum problema na apresentação da proposta.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) relatou que não vê problema na apresentação, apenas gostaria de saber se houve alguma modificação de procedimento.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) ressaltou que foi apenas uma organização proficiente do setor.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) relatou como pertinente a unificação das modalidades citadas, inclusive com a inclusão do tubarão-azul como espécie alvo. Porém, discorda da questão por conta do aparelho utilizado para a captura do espadarte, além do limite de captura da espécie, também estabelecido pela ICCAT.

O Sr. Miqueias Carvalho (APAIPESCA) comentou sobre a fala do Sr. Francisco e destacou que a aplicação de cotas para o tubarão-azul ainda não começou e, portanto, não existem dados sobre fêmeas e jovens. Ademais, solicitou esse empenho sobre a espécie do tubarão-mako e concordou com as solicitações feitas pelo SINDIPI e pela ABIPESCA.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) considerou que a unificação das modalidades deve ser tratada com celeridade e que é importante que a espécie do tubarão-azul seja incluída como espécie-alvo, para dar segurança ao setor. Por fim, ressaltou que as duas frotas atuam sobre o mesmo recurso, conforme estudo realizado pelo ICMBio.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) realizou a leitura das sugestões realizadas pela SBEEL, com relação ao tubarão-azul, dentre elas que sejam somente capturados indivíduos maiores que 2,30 cm, que os exemplares fêmeas sejam devolvidos ao mar e que seja banida a pesca na elevação do Rio Grande, que é um berçário da espécie. Além disso, relatou que a divisão das modalidades seria justamente por conta do espadarte. Sobre o tubarão-azul, opinou que pode haver um custo político para o país ao implementar uma frota de pesca direcionada a uma espécie de tubarão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) relatou que houve uma manifestação de ONGs de preservação ambiental sobre a inclusão de tubarões como espécie-alvo nas pescarias, para maior controle da captura dessas espécies.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) reiterou o pedido de que todas as sugestões sejam encaminhadas formalmente à coordenação do CPG para envio ao GTC.

3.13. APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARCEIROS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio), deu início a apresentação divulgando os financiadores e principais parceiros do Projeto, destacando o desafio de gestão das grandes unidades de conservação oceânicas. O Projeto possui como objetivo, dentro das UC's oceânicas, a minimização das capturas incidentais e a mortalidade pós-captura de espécies ameaçadas, além disso o projeto conta com 3 (três) eixos, sendo eles, o monitoramento eletrônico, o sistema integrado de rastreabilidade de origem do pescado e o desenvolvimento de um selo de sustentabilidade.

O sistema integrado contempla a parte de gestão de cadastro e licença das autorizações de pescadores, observador virtual e Mapa de Bordo digital. As informações serão preenchidas pelo mestre através de aplicativo desenvolvido pelo órgão. Além disso, há previsão para exportação das informações para outros órgãos. Já o selo de sustentabilidade está sendo desenvolvido juntamente com o MAPA.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) informou que estão sendo realizados treinamentos e capacitações com o setor e que há previsão para inclusão do espinhel pelágico de largada profunda, e que as propostas foram desenvolvidas com o setor.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) relatou que tem interesse no projeto, mas tem ressalvas quanto a sua implementação, e questionou se existe algum dispositivo contratual



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

para que as imagens capturadas na embarcação não sejam utilizadas por outros órgãos para prejudicar as embarcações.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) relatou que existe um contrato de uso de imagem de responsabilidade do ICMBio, e que ele é realizado por embarcação e o projeto tem buscado atenuar sensibilidades.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) afirmou que gostaria de incluir uma recomendação sobre o plano de recuperação do tubarão-mako, no caso de impossibilidade de discussão da temática.

O Sr. Marco Bailon (SINDIPI) agradeceu a apresentação e manifestou satisfação com o trabalho.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC Atuns e Afins) ressaltou que os direitos de imagem são para proteger a pessoa filmada e que há um zelo do ICMBio quanto a isso.

O Sr. Rivetla Édipo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) informou que não seria possível discutir a questão do tubarão-mako, devido ao tempo, mas solicitou que o SINDIPI relatasse a recomendação.

A Sra. Luana Mallmann relatou que gostaria de encaminhar a discussão para a próxima reunião ordinária do CPG e solicitou que seja encaminhado ao MMA documentos solicitando a criação de novos planos de recuperação.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO PARA ATENDIMENTO
--------------	-------------	------------------------



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

	(Nome/instituição)	
REC 1/2023B: Instituir Grupo de Trabalho Interministerial - GTI Espécies Aquáticas Ameaçadas	MMA	Janeiro de 2024
REC 2/2023B: Elaboração de Plano de Recuperação para o agulhão negro e agulhão branco, incluindo diretrizes, medidas para monitoramento, controle de captura e recuperação das espécies, considerando recomendações da ICCAT e do PAN Tubarões.	MMA/ICMBio	Ao longo de 2024
REC 3/2023B: Reavaliar a modalidade 1.12 da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011 (espécies alvo e área de operação).	GTC Atuns e Afins	Ao longo de 2024
REC 4/2023B: Instituir Grupo de Trabalho entre IBAMA e Marinha do Brasil (Estado Maior da Armada) para discutir as embarcações sem Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e inscritas na Marinha do Brasil.	MMA	Ao longo de 2024
REC 5/2023B: Encaminhar pontos a serem considerados para a construção de proposta sobre as medidas de ordenamento, controle e monitoramento da albacora	Membros do CPG Atuns e Afins	Até 15 de janeiro de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

bandolim para o ano de 2024 para a Coordenação do CPG Atuns e Afins pelo e-mail cpg-atuns-eafins@mpa.gov.br, considerando as discussões ocorridas na 3ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins		
REC 6/2023B: Atualizar as proporções de captura de albacora bandolim por modalidade de permissionamento até 2022 e avaliar as propostas encaminhadas pelos membros.	GTC Atuns e Afins	Até 30 de janeiro de 2024
REC 7/2023B: Encaminhar ao GTC Atuns e Afins solicitação de parecer sobre propostas apresentadas pela ABIPESCA, SINDIPI e SBEEL e demais medidas de manejo para a pesca do tubarão azul, considerando a cota do país na ICCAT.	Coordenação CPG Atuns e Afins	Janeiro de 2024
REC8/2023B: Solicitar esclarecimentos sobre o andamento do Edital de consultoria para elaboração do NDF do tubarão-azul.	Coordenação CPG Atuns e Afins	Janeiro de 2024
REC 9/2023B: Solicitar junto ao IBAMA e ICMBio a elaboração de documento que esclareça o fluxo e os procedimentos para atendimento das emissões das licenças CITES.	MPA	Janeiro de 2024
REC 10/2023B: Encaminhar a recomendação da ICCAT	Coordenação CPG Atuns e Afins	Janeiro de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

22-11 sobre o mako para os membros do CPG e discutir sobre a espécie na próxima reunião ordinária do CPG Atuns e Afins.		
REC 11/2023B: Avaliar a forma de publicizar dados consolidados a serem coletados pelos observadores de bordo e monitoramento dos portos designados.	MPA	Ao longo de 2024
REC 12/2023B: Avaliar o acesso ao sistema de Mapa de Bordo pelo IBAMA, ICMBio e GTC Atuns e Afins.	MPA	Ao longo de 2024

4. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS

O Coordenador do CPG, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que a 4ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins está prevista para o mês de junho de 2024, em local a definir. Além disso, que a reunião extraordinária poderá ser marcada a qualquer momento, e será realizada provavelmente no mês de janeiro.

5. ENCERRAMENTO

O Coordenador do CPG, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, agradeceu a presença de todos, destacando a importância do debate, e em seguida, declarou encerrada a 3ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins), desejando boa noite aos participantes.